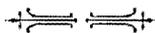


STJ00101993 - V.1

Paulo Lôbo



DIREITO CIVIL

PARTE GERAL

5ª edição

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP
CEP 05413-909
PABX: (11) 3613 3000
SAC: 0800 011 7875
De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia
Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues
Assistência editorial Daniel Pavani Naveira

Coordenação geral Clarissa Baraschi Maria
Preparação de originais Maria Izobel Barreiros Bitencourt Bresson e
Ana Cristina Garcia (coords.)

Arte e diagramação Lois Soriano
Revisão de provas Amélia Kassis Ward e
Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
Kelli Priscila Pinto
Tatiana dos Santos Ramão

Capa Muiraquitã Edição Gráfica

Produção gráfica Marli Rampim
Impressão Geográfica
Acabamento Geográfica

ISBN 978-85-02-62675-1

Lôbo, Paulo
Direito civil : parte geral / Paulo Lôbo. – 5. ed.
— São Paulo : Saraiva, 2015.

Bibliografia.

1. Direito civil - Brasil I. Título.

CDU-347 (81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347 (81)

Data de fechamento da edição: 25-4-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

121.239.005.001

964282

<i>Nota de abreviações</i>	7
<i>Apresentação</i>	15
Capítulo I	
CONTEÚDO DO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO	17
1.1. Conceito e dimensão do direito civil	17
1.2. Matérias que integram o direito civil atual	18
1.3. O direito civil no contexto do direito privado	20
1.4. A função da codificação civil e sua crise	26
1.5. O direito civil brasileiro no sistema jurídico romano-germânico ..	29
1.6. O direito civil em outros grandes sistemas jurídicos	31
1.7. Breve evolução histórica do direito civil brasileiro	33
1.8. Origem e função da parte geral	41
1.9. Lei de Introdução	43
1.10. O direito civil no processo de integração latino-americano.	44
Capítulo II	
CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL	48
2.1. Delineamentos da constitucionalização do direito civil	48
2.2. Origens e desenvolvimento do tema no direito brasileiro	51
2.3. Críticas à constitucionalização do direito civil	55
2.4. O direito civil no Estado social	56
2.5. Tradição patrimonialista do direito civil e as tendências de repersonalização	59
2.6. Força normativa da Constituição nas relações civis	61
2.7. Constitucionalização dos principais institutos de direito civil .	62
2.8. A imprescindibilidade da constitucionalização do direito civil	65
Capítulo III	
PRINCÍPIOS DO DIREITO CIVIL	67
3.1. Princípios jurídicos	67

3.2.	Aplicabilidade direta dos princípios constitucionais ao direito civil	72
3.3.	Princípio da dignidade da pessoa humana	76
3.4.	Princípio da solidariedade	78
3.5.	Princípio da igualdade	82
3.6.	Princípio da liberdade	85
3.7.	Princípio da autonomia privada	87
3.8.	Princípio da função social	89
3.9.	Princípio da boa-fé	91

Capítulo IV

PESSOA FÍSICA E OUTROS SUJEITOS DE DIREITO.	93	
4.1.	Conceito de pessoa	93
4.2.	Sujeito de direito e entes não personalizados	96
4.3.	Nascituro	98
4.4.	Tempo da pessoa física: início e extinção	102
4.5.	Registro civil da pessoa física	105
4.6.	Capacidade civil.	107
4.7.	Capacidade de exercício	109
4.8.	Absolutamente incapazes	111
4.9.	Relativamente incapazes	114
4.10.	Maioridade.	117
4.11.	Emancipação	117
4.12.	Outros modos de cessação da incapacidade civil	119
4.13.	Lugar das pessoas físicas: domicílio e residência	121
4.14.	Ausência.	124

Capítulo V

DIREITOS DA PERSONALIDADE	128	
5.1.	Da negação ao reconhecimento.	128
5.2.	Direitos da personalidade na escala da repersonalização.	130
5.3.	Características essenciais dos direitos da personalidade	131
5.4.	Direito geral da personalidade e a tipicidade aberta	134
5.5.	Tipos mais gerais de direitos da personalidade	135
5.6.	Tipos constitucionais dos direitos da personalidade	152
5.7.	A questão da autolimitação ou disponibilidade dos direitos da personalidade	153
5.8.	Direitos da personalidade da pessoa jurídica	158

Capítulo VI

PESSOA JURÍDICA	161
----------------------------------	------------

6.1.	Conceito e abrangência da pessoa jurídica	161
6.2.	Funções e teorias sobre a pessoa jurídica	166
6.3.	Elementos da pessoa jurídica	168
6.4.	Atos constitutivos e efeitos do registro da pessoa jurídica.	169
6.5.	Órgãos da pessoa jurídica	171
6.6.	Desconsideração da personalidade jurídica	172
6.7.	Entidades não personificadas	176
6.8.	Associações civis	179
6.9.	Fundações de direito privado.	182
6.10.	Organizações religiosas	186
6.11.	Extinção das pessoas jurídicas de direito privado.	188
6.12.	Domicílio das pessoas jurídicas de direito privado	189

Capítulo VII

BENS E COISAS	190	
7.1.	Conceito de bens e coisas	190
7.2.	Patrimônio	193
7.3.	Bens imóveis	195
7.4.	Bens móveis	197
7.5.	Bens fungíveis	199
7.6.	Bens consumíveis.	200
7.7.	Bens divisíveis	200
7.8.	Bens singulares e coletivos	201
7.9.	Bens principais e acessórios	202
7.10.	Pertenças	204
7.11.	Benfeitorias	206
7.12.	Bens públicos.	207

Capítulo VIII

FATOS JURÍDICOS CIVIS	210	
8.1.	Conceito de fato jurídico	210
8.2.	Do suporte fático ao fato jurídico	211
8.3.	Planos do mundo do direito.	214
8.4.	Classificação dos fatos jurídicos	218
8.5.	Fatos jurídicos em sentido estrito	219
8.6.	Atos-fatos jurídicos	221
8.7.	Atos jurídicos em sentido amplo	223
8.8.	Atos jurídicos lícitos	225

Capítulo IX

NEGÓCIO JURÍDICO	228
-----------------------------------	-----

9.1.	Conceito e elementos do negócio jurídico	228
9.2.	Negócios jurídicos unilaterais, bilaterais e plurilaterais	231
9.3.	Outras espécies de negócios jurídicos	233
9.4.	Requisitos de validade do negócio jurídico	236
9.5.	Exteriorização da vontade e interpretação do negócio jurídico	239
9.6.	Representação	243
9.7.	Condição no negócio jurídico	251
9.8.	Termo e prazo do negócio jurídico	254
9.9.	Encargo no negócio jurídico	257

Capítulo X

DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	259	
10.1.	Espécies de defeitos	259
10.2.	Erro substancial	260
10.3.	Dolo	264
10.4.	Coação	266
10.5.	Lesão	269
10.6.	Estado de perigo	273
10.7.	Fraude contra credores	274

Capítulo XI

INVALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	279	
11.1.	Plano da invalidade	279
11.2.	Características convergentes e divergentes da nulidade e da anulabilidade	281
11.3.	Hipóteses de nulidade	284
11.4.	Simulação	288
11.5.	Conversão do negócio jurídico nulo	291
11.6.	Anulabilidade	293
11.7.	Prazos de decadência para a anulabilidade	296
11.8.	Conservação do negócio jurídico inválido	297

Capítulo XII

ILÍCITOS CIVIS	299	
12.1.	Ilícitos civis em geral	299
12.2.	Sanções ou penas civis	301
12.3.	Espécies de ilícitos civis	303
12.4.	Ato ilícito	305
12.5.	Contrariedade a direito	306
12.6.	Imputabilidade	307

12.7. Dano em geral	308
12.8. A culpa como requisito do ato ilícito	311
12.9. Pré-exclusão de ilicitude	313
12.10. Abuso do direito.	316

Capítulo XIII

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	320
13.1. O tempo e o exercício do direito	320
13.2. Prescrição.	322
13.3. Interrupção e suspensão da prescrição	326
13.4. Prazos da prescrição	331
13.5. Decadência	333

Capítulo XIV

PROVA DOS FATOS JURÍDICOS CIVIS.	337
14.1. Conteúdo e espécies	337
14.2. Confissão	339
14.3. Documento	341
14.4. Escritura pública	345
14.5. Documento eletrônico	346
14.6. Testemunho	347
14.7. Presunção	351
14.8. Perícia	353

BIBLIOGRAFIA	357
-------------------------------	------------

Paulo Lôbo

Direito Civil

Contratos

volume 3

5ª edição
2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53605-16-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

Lôbo, Paulo

Direito civil : volume 3 : contratos / Paulo Lôbo. – 5. ed.
– São Paulo : Saraiva Educação, 2019.1. Contratos - Brasil 2. Direito civil - Legislação - Brasil 3.
Obrigações (Direito) - Brasil I. Título.
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

18-1536

CDU 347.44(81)(094.4)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Contratos : Teoria geral : Código civil :
Direito civil 347.44(81)(094.4)
Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Daniel Pavani Naveira**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis**Planejamento e processos** Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteadó
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão**Novos projetos** Fernando Alves**Diagramação** Designios Editoriais**Revisão** Caio Cobucci Leite
Silvana Cobucci**Capa** Casa de Ideias / Daniel Rampazzo**Produção gráfica** Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes**Impressão e acabamento** Gráfica Paym**Data de fechamento da edição: 15-10-2018**Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605393 CAE 630777

1135000

SUMÁRIO

Apresentação	13
CAPÍTULO I	
Concepção, Evolução e Âmbito do Contrato	15
1.1. Concepções e Dimensões do Contrato	15
1.2. Modelo Romano do Contrato	19
1.3. Teoria Moderna ou Tradicional do Contrato	19
1.4. Transformações ou Teoria Contemporânea do Contrato	22
1.5. Responsabilidade Contratual e Responsabilidade Extracontratual	26
1.6. Modelos Plurais dos Contratos na Contemporaneidade	29
1.7. Contratos de Consumo	30
1.8. Contratos Eletrônicos	34
1.9. Arbitragem nos Contratos	39
CAPÍTULO II	
Constitucionalização do Direito Contratual	43
2.1. O Contrato e as Constituições Liberais	43
2.2. Contrato e Estado Social	45
2.3. Contrato como Categoria da Ordem Econômica Constitucional	47
2.4. O Princípio da Livre-Iniciativa e a Liberdade Contratual	51
2.5. Colisão entre Autonomia Privada Negocial e Direitos Fundamentais	55
2.6. Diretrizes Fundamentais dos Contratos na Constituição de 1988	56
CAPÍTULO III	
Princípios do Contrato	58
3.1. Princípios Jurídicos e sua Classificação nos Contratos	58
3.2. Princípio da Autonomia Privada Negocial	59
3.3. Princípio da Força Obrigatória	64
3.4. Princípio da Relatividade dos Efeitos do Contrato	66

3.5.	Princípios Sociais dos Contratos	68
3.6.	Princípio da Função Social	69
3.7.	Princípio da Equivalência Material	72
3.8.	Princípio da Boa-Fé Objetiva.	74

CAPÍTULO IV

Formação dos Contratos		80
4.1.	Momentos da Formação do Contrato	80
4.2.	Manifestação de Vontade no Contrato	83
4.3.	Oferta	84
4.4.	Oferta ao Público	85
4.5.	Aceitação	86
4.6.	Negociações Preliminares e seus Efeitos	87
4.7.	Conduta Negocial Típica.	89
4.8.	Formação do Contrato de Consumo	92
4.9.	Formação do Contrato Eletrônico	96

CAPÍTULO V

Classes e Grupos de Contratos		99
5.1.	Contratos Atípicos.	99
5.2.	Contratos Típicos	101
5.3.	Contratos Bilaterais	102
5.4.	Contratos Aleatórios	103
5.5.	Contrato Preliminar	106
5.6.	Contratos Mistos.	109
5.7.	Contratos Coligados ou Conexos	111
5.8.	Contratos Relacionais	114
5.9.	Contratos Existenciais e Comunitários	116
5.10.	Contratos Incompletos	117

CAPÍTULO VI

Massificação e Vulnerabilidade Contratuais.Condições Gerais dos Contratos		119
6.1.	Massificação Contratual	119
6.2.	Condições Gerais dos Contratos	121
6.3.	As Condições Gerais dos Contratos na Legislação Brasileira	124
6.4.	Contrato de Adesão	127
6.5.	Formação e Eficácia das Condições Gerais dos Contratos	129
6.6.	Integração das Condições Gerais nos Contratos de Adesão	131
6.7.	Cláusulas Abusivas	133
6.8.	Vulnerabilidade Contratual	136
6.9.	Poder Negocial e Proteção do Contratante Vulnerável	137

CAPÍTULO VII	
Efeitos de Contratos em Relação a Terceiros	140
7.1. Estipulação em Favor de Terceiro	140
7.2. Contratos com Eficácia Protetiva para Terceiros e a Teoria do Contato Social.	142
7.3. Promessa de Fato de Terceiro.	144
7.4. Contrato com Pessoa a Declarar	145
CAPÍTULO VIII	
Garantias Legais aos Contratantes.	148
8.1. Garantia Contra a Evicção	148
8.2. Garantia Contra os Vícios Redibitórios.	153
Contrato comutativo sobre coisas móveis ou imóveis.	154
Tradição da coisa.	155
Vício oculto.	155
Funcionalidade do vício.	156
Decadência, pelo não exercício do direito	157
Pretensões do adquirente: redibição e abatimento do preço	158
8.3. Responsabilidade por Vício nas Relações de Consumo	160
8.4. Exceção de Contrato não Cumprido	166
8.5. Exceção de Reforço de Garantia	167
CAPÍTULO IX	
Interpretação e Integração dos Contratos	169
9.1. Interpretação do Contrato Paritário.	169
9.2. Critérios Legais da Interpretação Contratual.	173
9.3. Pressupostos da Interpretação Contratual	175
9.4. Interpretação Integrativa e Integração	177
9.5. Integração dos Deveres Gerais de Conduta Negocial e sua Interpretação	179
9.6. Interpretação das Condições Gerais do Contrato de Adesão	181
9.7. Interpretação do Contrato de Adesão, Regulado pelo Código Civil	185
9.8. Interpretação dos Contratos de Consumo	187
CAPÍTULO X	
Revisão e Extinção do Contrato	189
10.1. Revisão Legal e Judicial dos Contratos	189
10.2. Modos de Extinção dos Contratos.	193
10.3. Resilição Unilateral e Distrato.	194
10.4. Resolução do Contrato	196
10.5. Revisão ou Resolução por Onerosidade Excessiva Superveniente.	199

10.6.	Cláusula <i>Rebus Sic Stantibus</i> , Teoria da Imprevisão e Teoria da Base do Negócio	201
10.7.	Caso Exemplar de Mudança de Circunstâncias: a Mudança do Câmbio em 1999, no Brasil	205
10.8.	Frustração da Base do Negócio	207
10.9.	O Uso da Equidade para Revisão do Contrato Excessivamente Onerado	208
10.10.	Vantagem Superveniente pela Mudança de Circunstâncias	209
10.11.	Direito e Dever de Renegociação	210

CAPÍTULO XI

Compra e Venda	212	
11.1.	Conceito e Elementos do Contrato de Compra e Venda	212
11.2.	Unificação da Compra e Venda Civil e Mercantil e Favorecimento do Comprador	214
11.3.	Origem e Evolução da Compra e Venda	215
11.4.	Efeitos do Contrato de Compra e Venda e Transmissão da Propriedade	216
11.5.	Coisa Atual e Futura	218
11.6.	Venda Mediante Amostras, Protótipos ou Modelos	220
11.7.	Preço	222
11.8.	Deveres do Vendedor e do Comprador	227
11.9.	Repartição dos Riscos	229
11.10.	Vendas Proibidas em Razão de Determinadas Pessoas	233
11.11.	Venda de Imóvel por Medida ou Como Unidade	235
11.12.	Venda de Parte Ideal em Condomínio	240

CAPÍTULO XII

Compra e Venda: Cláusulas Especiais	243	
12.1.	Retrovenda	243
12.2.	Venda a Contento ou Sujeita a Prova	249
12.3.	Preferência	253
12.4.	Venda com Reserva de Domínio	259
12.5.	Venda sobre Documentos	266

CAPÍTULO XIII

Permuta	270	
13.1.	Requisitos e Características do Contrato de Permuta	270
13.2.	Regras Comuns dos Contratos Aplicáveis à Permuta	272
13.3.	Coisas que Podem Ser Permutadas	273
13.4.	Regras da Compra e Venda Aplicáveis à Permuta	274

13.5.	Rateio das Despesas do Contrato	276
13.6.	Proibição de Permuta com Descendentes.	277

CAPÍTULO XIV

Doação	279	
14.1.	Conceituação, Natureza e Características	279
14.2.	Objeto da Doação e Liberalidades.	281
14.3.	Oferta de Doação e Quem Pode Aceitá-la.	283
14.4.	Promessa de Doação	287
14.5.	Doações Meritórias, Remuneratórias ou Com Encargo	289
14.6.	Formalidade da Doação.	291
14.7.	Doação como Adiantamento de Legítima de Herança Futura.	293
14.8.	Doações Especiais: Subvenções Periódicas, Casamento Futuro, Prole Eventual	295
14.9.	Cláusula de Reversão da Doação	299
14.10.	Doações Proibidas	300
14.11.	Revogação da Doação	303

CAPÍTULO XV

Contrato Estimatório.	311	
15.1.	Noções e Características	311
15.2.	Natureza do Contrato Estimatório	314
15.3.	Objeto: Coisas Móveis Consignadas	316
15.4.	Determinação do Preço ou Valor.	317
15.5.	Deveres das Partes.	318
15.6.	Prazo para o Exercício do Poder de Disposição	319
15.7.	Restituição da Coisa Consignada	320
15.8.	Impossibilidade da Restituição da Coisa e a Obrigação Alternativa.	321
15.9.	Impenhorabilidade da Coisa por Dívidas do Consignatário	324
15.10.	Indisponibilidade da Coisa	325

CAPÍTULO XVI

Locação de Coisas.	328	
16.1.	Características da Locação de Coisas.	328
16.2.	Coisas e os Tipos de Locação.	331
16.3.	Posse e Uso pelo Locatário	333
16.4.	Aluguel	334
16.5.	Direitos e Deveres do Locador.	336
16.6.	Direitos e Deveres do Locatário.	337
16.7.	Alienação da Coisa Locada	339

16.8. Sublocação e Cessão	340
16.9. Extinção da Locação	342
16.10. Locação de Imóveis Urbanos	345

CAPÍTULO XVII

Prestação de Serviços	350
17.1. Conceito e Abrangência	350
17.2. Distinções com os Contratos de Trabalho e de Empreitada	353
17.3. Profissional Liberal: Prestador de Serviços por Excelência	356
17.4. Remuneração	358
17.5. Prazo do Contrato	359
17.6. Extinção	360

CAPÍTULO XVIII

Empreitada	363
18.1. Conceito e Abrangência	363
18.2. Espécies de Empreitada	365
18.3. Tempo e Execução do Contrato	367
18.4. Preço da Obra	368
18.5. Recebimento da Obra	370
18.6. Subempreitada	371
18.7. Direitos e Deveres do Empreiteiro	372
18.8. Garantia de Segurança e Solidez da Obra	373
18.9. Deveres do Dono da Obra	375
18.10. Extinção do Contrato	376

CAPÍTULO XIX

Empréstimo	379
19.1. Conceito e Características do Comodato	379
19.2. Deveres do Comodante	382
19.3. Direitos e Deveres do Comodatário	382
19.4. Extinção do Comodato	384
19.5. Mútuo	385
19.6. Mútuo em Dinheiro	387
19.7. Direitos e Deveres das Partes no Mútuo	388
19.8. Extinção do Mútuo	390

CAPÍTULO XX

Depósito	391
20.1. Conceito, Natureza e Abrangência	391

20.2.	Espécies de Depósito	394
20.3.	Depósito de Bagagens em Hotéis e Similares.	396
20.4.	Direitos e Deveres do Depositante.	397
20.5.	Direitos e Deveres do Depositário	398
20.6.	Vicissitudes e Fim da Prisão do Depositário Infiel.	401
20.7.	Extinção	402
CAPÍTULO XXI		
	Mandato	404
21.1.	Conceito, Natureza e Abrangência	404
21.2.	Procuração: Instrumento do Mandato.	406
21.3.	Poderes de Representação: Outorga e Exercício	408
21.4.	Excesso e Abuso dos Poderes	410
21.5.	Pluralidade de Mandantes ou de Mandatários.	411
21.6.	Mandatário: Capacidade, Direitos e Deveres.	412
21.7.	Mandante: Direitos e Deveres	414
21.8.	Mandato em Causa Própria.	415
21.9.	Mandato Judicial.	417
21.10.	Substabelecimento.	419
21.11.	Extinção	420
CAPÍTULO XXII		
	Fiança	424
22.1.	Conceito, Pressupostos, Abrangência.	424
22.2.	Efeitos da Fiança	427
22.3.	Benefícios de Ordem e de Divisão	429
22.4.	Responsabilidade do Fiador e Hipóteses de Exoneração	431
22.5.	Extinção	434
CAPÍTULO XXIII		
	Transação	437
23.1.	Conceito, Natureza e Abrangência	437
23.2.	Espécies de Transação	439
23.3.	Efeitos da Transação	441
23.4.	Invalidades e Exclusões	442
23.5.	Extinção	445
	Bibliografia	446

Paulo Lôbo

Direito Civil

Coisas

volume 4

5ª edição

2020

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseduacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais Fernando Penteado

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Novos projetos Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Daniel Pavani Naveira
Estevão Bula Gonçalves

Produção editorial Fernanda Matajs (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Amanda Mota Loyola
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Gonçalves Dias

Diagramação Fabricando Ideias Design Editorial
Revisão Lígia Alves

Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo
Produção gráfica Marli Rampim

Impressão e acabamento Bartira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Lôbo, Paulo

Coisas / Paulo Lôbo. - Coleção Direito civil volume 4 – 5.
ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
360 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1418-9 (impresso)

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

20-0111

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

Data de fechamento da edição: 5-11-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606106 CAE 706804

SUMÁRIO

Apresentação	13
CAPÍTULO I	
Concepção, Evolução e Âmbito do Direito das Coisas	15
1.1. Objeto do Direito das Coisas.	15
1.1.1. Os animais são coisas?	18
1.2. Um Pouco de História da Posse e da Propriedade no Brasil.	20
1.3. Quando Pessoas Humanas Foram Consideradas Coisas	26
1.4. Origens da Propriedade Moderna	27
1.5. Patrimônio e Direito das Coisas. Patrimônio de Afetação	34
1.6. Interações do Direito das Coisas com Outras Partes do Direito Civil .	38
1.7. Classificação, <i>Numerus Clausus</i> e Tipicidade dos Direitos Reais	39
1.8. Direitos Intelectuais	43
1.9. Relação Jurídica Real.	45
CAPÍTULO II	
Posse no Direito Brasileiro	48
2.1. Demarcação do Fenômeno	48
2.2. <i>Animus</i> ou <i>Corpus</i> : A Persistente Disputa de Predomínio	50
2.3. Por Que a Posse é Protegida pelo Direito?	52
2.4. Modelo Legal Brasileiro de Posse.	53
2.5. O Modo de Aquisição da Posse Determina sua Natureza	57
2.6. Titular de Posse e Detentor	58
2.7. Posse Autônoma	59
2.8. Direito à Posse.	61
2.9. Posse em Confronto com a Propriedade	63
2.10. Composse	65
2.11. Concepções Legais Brasileiras da Posse	66

CAPÍTULO III

Efeitos Jurídicos da Posse	68
3.1. Aquisição da Posse	68
3.2. Classificação da Posse	72
3.3. Posse Justa e Posse Injusta	74
Violência	75
Clandestinidade	76
Precariedade	77
3.4. Posse Direta e Posse Indireta	78
3.5. Posse de Boa-Fé e de Má-Fé	80
3.6. Efeitos da Posse de Boa-Fé ou de Má-Fé	83
3.7. Proteção Possessória	87
3.8. Proteção Possessória das Servidões	92
3.9. Perda da Posse	93

CAPÍTULO IV

Propriedade	95
4.1. Propriedade, Domínio e Direito à Propriedade	95
4.2. Conteúdo e Abrangência do Direito de Propriedade	99
4.3. Abuso do Direito de Propriedade	101
4.4. Garantia Constitucional da Propriedade	103
4.5. Constitucionalismo Social e Propriedade	104
4.6. Fontes Constitucionais da Propriedade ou das Propriedades	107
4.7. Titularidades Comunitárias de Grupos Étnicos	109
4.8. Propriedade e Meio Ambiente	112
4.9. Acesso e Propriedade	120

CAPÍTULO V

Função Social da Propriedade	122
5.1. Contornos da Função Social da Propriedade e da Posse	122
5.2. Função Social como Ruptura do Modelo Moderno de Propriedade ..	126
5.3. A Progressiva Inserção da Função Social nas Constituições Brasileiras	128
5.4. A Função Social Não Significa Limite Externo da Propriedade	129
5.5. Função Social e Interpretação das Normas Infraconstitucionais	132
5.6. Função Social da Posse	134
5.7. Inter-Relação com os Princípios da Justiça Social e da Solidariedade ..	135

CAPÍTULO VI

Aquisição da Propriedade Imóvel	138
6.1. Imóvel	138

6.2.	Aquisição Originária e Derivada da Propriedade.	139
6.3.	Usucapião em Geral	140
6.4.	Usucapião Extrajudicial.	144
6.5.	Usucapião Extraordinária e Ordinária.	146
6.6.	Usucapião Especial Urbana: Individual ou Coletiva	149
6.7.	Usucapião entre Cônjuges ou Companheiros	152
6.8.	Usucapião Especial Indígena.	153
6.9.	Usucapião por Conversão da Natureza da Posse	154
6.10.	Aquisição por Acessão	155
6.11.	Aquisição por Acessão Natural	157
6.12.	Aquisição por Acessão Industrial: Construções e Plantações	160
6.13.	Aquisição por Acessão Invertida de Áreas Ocupadas	164
6.14.	Aquisição pelo Registro Público do Título	168

CAPÍTULO VII

Aquisição da Propriedade Móvel e Descoberta de Coisa Alheia Perdida 173

7.1.	Modalidades Legais	173
7.2.	Usucapião	174
7.3.	Ocupação	176
7.4.	Achado do Tesouro	178
7.5.	Tradição	179
7.6.	Especificação.	183
7.7.	Confusão, Comistão, Adjunção.	185
7.8.	Descoberta de Coisa Alheia Perdida	187

CAPÍTULO VIII

Perda, Extinção e Resolução da Propriedade 189

8.1.	Espécies de Extinção ou Perda da Propriedade	189
8.2.	Alienação.	191
8.3.	Renúncia	192
8.4.	Abandono	194
8.5.	Perecimento da Coisa	198
8.6.	Perda pela Desapropriação.	199
8.7.	Propriedade Resolúvel	203

CAPÍTULO IX

Direitos de Vizinhança 206

9.1.	Conteúdo e Abrangência	206
9.2.	Uso Anormal da Propriedade	208
9.3.	Árvores Limitrofes.	213

9.4.	Passagem Forçada	215
9.5.	Passagem de Cabos e Tubulações.	217
9.6.	Águas e Vizinhança	218
9.7.	Limites entre Prédios e Direito de Cercar ou Murar	222
9.8.	Direito de Construir	224

CAPÍTULO X

Condomínio Geral		232
10.1.	Conceito e Espécies	232
10.2.	Administração do Condomínio.	235
10.3.	Direitos e Deveres dos Condôminos	237
10.4.	Condomínio Necessário	240
10.5.	Direito de Preferência na Alienação da Parte Ideal de Coisa Indivisível	241
10.6.	Divisão e Extinção do Condomínio	244

CAPÍTULO XI

Condomínios Especiais.		247
11.1.	Condomínio Edilício.	247
	11.1.1. Condomínio de Fato.	251
11.2.	O Condomínio Edilício como Sujeito de Direitos.	252
11.3.	Convenção do Condomínio	253
11.4.	Assembleia dos Condôminos.	256
11.5.	Gestão e Responsabilidade do Condomínio	259
11.6.	Contribuição Condominial	263
11.7.	Direitos e Deveres dos Condôminos	266
11.8.	Extinção do Condomínio Edilício.	273
11.9.	Condomínio de Lotes	274
11.10.	Condomínio Urbano Simples	275
11.11.	Condomínio em Multipropriedade	276
11.12.	Fundo de Investimento	278

CAPÍTULO XII

Direitos Reais Limitados		282
12.1.	Conceito, Conteúdo, Espécies e Aquisição	282
12.2.	Direito Real de Superfície	285
12.3.	Servidões.	289
	Constituição da servidão	291
	Espécies	292
	Exercício	293
	Extinção	296

12.4.	Usufruto	297
	Constituição do usufruto	298
	Usufruto legal	299
	Distinções, espécies, abrangência	300
	Direitos e deveres	302
	Extinção	306
12.5.	Direito Real de Uso	308
12.6.	Direito Real de Habitação	310
12.7.	Direito do Promitente Comprador do Imóvel	313
12.8.	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso	317
12.9.	Direito Real de Laje	320
CAPÍTULO XIII		
	Direitos Reais de Garantia	322
13.1.	Conceito e Espécies de Garantia Real	322
13.2.	Características Comuns dos Direitos Reais de Garantia	324
13.3.	Hipoteca	327
	Constituição, direitos e deveres	329
	Hipotecas sucessivas	331
	Hipotecas legais	332
	Extinção	333
13.4.	Penhor	334
	Direitos e deveres	335
	Extinção	336
	Penhor legal	337
	Penhor especial	338
13.5.	Anticrese	341
13.6.	Propriedade Fiduciária em Garantia	344
	Bibliografia	351

STJ00098908 - V.5

Paulo Lôbo



DIREITO CIVIL

FAMÍLIAS

5ª edição

2014





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909
PABX: (11) 3613 3000
SAC: 0800 011 7875
De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia
Gerência executiva Rogério Eduardo Alves

Gerência editorial Thaís de Camargo Rodrigues
Assistência editorial Daniel Pavani Naveira

Coordenação geral Claissa Boraschi Maria
Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e
Ana Cristina Garcia (coords.)
Flávia Guterres Falcão de Oliveira

Arte e diagramação Isabela Agrela Teles Voras
Revisão de provas Amélia Kassis Ward e
Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
Juliana Bormio de Sousa

Produção editorial William Rezende Paiva
Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
Kelli Priscila Pinto
Tatiana dos Santos Romão

Capa Ricardo Gomes Barbosa

Produção gráfica Malli Rampim
Impressão Geográfica Editora
Acabamento Geográfica Editora

ISBN 978-85-02-15916-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lôbo, Paulo

Direito civil : famílias / Paulo Lôbo. -- 5. ed.
-- São Paulo : Saraiva, 2014. -- (Direito civil).

1. Direito civil - Brasil 2. Direito de família - Brasil 3. Direito de família - Jurisprudência - Brasil 4. Direito de família - Legislação - Brasil I. Título. II. Série.

10-12078

CDU-347.6(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito de família : Direito civil
347.6(81)

Data de fechamento da edição: 6-6-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização do Editor Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

102.261.005.001

964280

1009705

Síntese

Capítulo I

FAMÍLIA BRASILEIRA: ORIGENS, REPERSONALIZAÇÃO E CONSTITUCIONALIZAÇÃO	15
1.1. Introdução	15
1.2. Função atual da família. Sua evolução e perspectivas	16
1.3. Perfil demográfico da família contemporânea	18
1.4. Repersonalização das relações de família	19
1.5. Família socioafetiva e origem biológica	24
1.6. Constitucionalização das famílias e de seus fundamentos jurídicos	29

Capítulo II

DIREITO DE FAMÍLIA	33
2.1. Conteúdo e abrangência	33
2.2. Direitos da criança e do idoso e o direito de família	35
2.3. Evolução do direito de família brasileiro	37
2.4. Direito público ou privado?	40
2.5. Tipos de famílias segundo os fins legais	42
2.6. Interação com o direito das sucessões	43
2.7. Interferências dos outros ramos do direito civil	44
2.8. Tutela da privacidade e a mediação familiar	45
2.9. Direito de família e responsabilidade	46
2.10. Direito de família intertemporal	49

Capítulo III

PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA	53
3.1. Princípios constitucionais aplicáveis ao direito de família	53
3.2. Princípio da dignidade da pessoa humana e família	54
3.3. Princípio da solidariedade familiar	56
3.4. Princípio da igualdade familiar e direito à diferença	58
3.4.1. Direito das mulheres e (direito a) diferença entre os gêneros	61

3.4.2. Emancipação progressiva da mulher na legislação brasileira	62
3.5. Princípio da liberdade familiar	64
3.6. Princípio da afetividade	65
3.7. Princípio da convivência familiar	68
3.8. Princípio do melhor interesse da criança	69

Capítulo IV

ENTIDADES FAMILIARES	72
4.1. Pluralismo das entidades familiares e dos âmbitos da família ..	72
4.2. Da demarcação jurídico-constitucional das entidades familiares	74
4.3. Das normas constitucionais de inclusão	76
4.4. Do melhor interesse das pessoas humanas que integram as entidades familiares	77
4.5. Família monoparental	78
4.6. União homoafetiva	79
4.7. Famílias recompostas	82

Capítulo V

CASAMENTO	86
5.1. Validade e eficácia do casamento	86
5.2. Casamento religioso	88
5.3. A idade núbil ou a capacidade para casar	91
5.4. Impedimentos matrimoniais em geral	93
5.5. Tipos de impedimentos matrimoniais	95
5.6. Causas suspensivas do casamento	97
5.7. Habilitação para o casamento	98
5.8. Celebração e registro do casamento	100
5.9. Casamentos em situações extremas	104
5.10. Prova do casamento e posse do estado de casado	105
5.11. Casamento no estrangeiro	106

Capítulo VI

INVALIDIDADE DO CASAMENTO	108
6.1. Peculiaridades e espécies de invalidade do casamento	108
6.2. Nulidade do casamento	109
6.3. Anulabilidade do casamento	111
6.4. Erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge	115
6.5. Prazos decadenciais para anulação do casamento	118
6.6. Casamento putativo	119

Capítulo VII

EFICÁCIA DO CASAMENTO	122
7.1. Plano da eficácia e direção da sociedade conjugal	122
7.2. Alteração ou adoção de nome com o casamento	124
7.3. Deveres comuns e igualdade conjugal	125
7.4. Dever de fidelidade recíproca	126
7.5. Dever de respeito e consideração mútuos	127
7.6. Dever de vida em comum, no domicílio conjugal	128
7.7. Dever de mútua assistência	129
7.8. Dever de sustento, guarda e educação dos filhos	130
7.9. Descumprimento dos deveres conjugais	131

Capítulo VIII

DIVÓRCIO	132
8.1. O divórcio, seus antecedentes e a nova redação do § 6º do art. 226 da Constituição	132
8.2. Extinção da separação judicial e de causas ou prazos para o divórcio	134
8.3. Tipos de divórcio no direito brasileiro atual	136
8.4. Critérios comuns aos divórcios judiciais	138
8.5. Divórcio consensual extrajudicial	139
8.6. Efeitos do divórcio	141
8.7. Desconsideração da personalidade jurídica em razão do divórcio	142
8.8. Legislação remanescente sobre o divórcio e seus efeitos essenciais	144
8.9. Situação dos separados judicialmente e ainda não divorciados	145
8.10. Normas revogadas do Código Civil e da Lei de Introdução	146
8.11. Separação de corpos e separação de fato	147

Capítulo IX

UNIÃO ESTÁVEL	150
9.1. Da desconsideração legal a <i>status</i> constitucional. Características	150
9.2. Requisitos, natureza e validade da relação jurídica	153
9.3. Distinção e conversão do namoro em união estável	156
9.4. Quando se inicia a união estável	157
9.5. Direitos e deveres	159
9.6. Regime de bens	160
9.7. Conversão da união estável em casamento	163
9.8. Extinção da união estável	165
9.9. Uniões estáveis paralelas	166

9.10. Uniões estáveis putativas	169
9.11. União estável concubinária	169

Capítulo X

DIREITO À CONVIVÊNCIA E PROTEÇÃO DOS FILHOS	173
10.1. Proteção dos filhos como direito à convivência	173
10.2. Direito à convivência do filho de pais separados	174
10.3. Direito à convivência compartilhada	176
10.4. Guarda unilateral	181
10.5. Direito de visita na guarda unilateral	184
10.6. Alienação parental	186

Capítulo XI

RELAÇÕES DE PARENTESCO	188
11.1. Parentesco no direito brasileiro	188
11.2. Origens e modalidades do parentesco	189
11.3. Parentesco em linha reta	190
11.4. Parentesco colateral	192
11.5. Graus de parentesco e sua contagem	193
11.6. Parentesco por afinidade	195

Capítulo XII

DIREITO DE FILIAÇÃO	198
12.1. Conceito de filiação	198
12.2. Princípio da igualdade na filiação	199
12.3. Direito ao planejamento da filiação	200
12.4. Modos e presunções legais de concepção dos filhos	200
12.5. Inseminação artificial homóloga	203
12.6. Inseminação artificial heteróloga	205
12.7. As presunções de filiação na união estável	207
12.8. Distinção entre estado de filiação e direito da personalidade ao conhecimento da origem genética. Parto anônimo	208
12.9. Prova da filiação	212
12.10. Validade e eficácia do registro de nascimento	213
12.11. Posse de estado de filiação	215
12.12. Legitimidade para a prova judicial da filiação	217

Capítulo XIII

DÚVIDAS E IMPUGNAÇÃO DA FILIAÇÃO	219
13.1. Novas núpcias da mulher	219
13.2. Impotência para gerar	220

13.3.	Presunção de paternidade e o adultério da mãe	222
13.4.	Impugnação da paternidade pelo marido da mãe	223
13.5.	Reconfiguração da presunção <i>pater is est</i>	226
13.6.	Impugnação da maternidade pela suposta mãe	227
13.7.	“Adoção à brasileira”	228

Capítulo XIV

RECONHECIMENTO DE FILHO	231	
14.1.	Direito ao reconhecimento voluntário de filho	231
14.2.	Mudança de natureza do reconhecimento de filho	233
14.3.	Modalidades de reconhecimento voluntário	234
14.4.	Irrevogabilidade e incondicionalidade do reconhecimento	237
14.5.	Direito do filho a residir com o genitor que o reconheceu	239
14.6.	Guarda do filho reconhecido	239
14.7.	Investigação da paternidade e da maternidade	240
14.8.	Consentimento e impugnação do reconhecimento pelo filho	244

Capítulo XV

ADOÇÃO	247	
15.1.	Características, evolução e fundamentos constitucionais	247
15.2.	Legitimados a adotar	251
15.3.	Estágio de convivência	253
15.4.	Consentimento para adoção e hipóteses de sua dispensa. Entrega pela gestante para adoção	253
15.5.	Adoção por duas pessoas	256
15.6.	Adoção de maiores de 18 anos	258
15.7.	Requisitos do processo judicial e do benefício do adotando	258
15.8.	Efeitos da adoção	260
15.9.	Adoção internacional	263

Capítulo XVI

AUTORIDADE PARENTAL	267	
16.1.	Transformação do pátrio poder na autoridade parental	267
16.2.	Compatibilidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente	270
16.3.	Os pais como únicos titulares da autoridade parental	270
16.4.	Titularidade da autoridade parental pelos pais separados	272
16.5.	Exercício da autoridade parental	272
16.6.	Suspensão e extinção da autoridade parental	276
16.7.	Perda da autoridade parental	278
16.8.	Abandono afetivo do filho	280

16.9. Responsabilidade civil dos pais	282
16.10. Representação, assistência e curatela dos filhos	283
16.11. Administração e usufruto dos bens dos filhos	284

Capítulo XVII

REGIME MATRIMONIAL DE BENS	288
17.1. Liberdade de convenção e mudança de regime	288
17.2. Regime legal dispositivo	292
17.3. Regime legal obrigatório	293
17.4. Efeitos comuns entre os cônjuges, em qualquer regime de bens	296
17.5. Atos proibidos ao cônjuge sem autorização do outro	299
17.6. Pacto antenupcial	302
17.7. Regime de bens no casamento com estrangeiro	307
17.8. Direito intertemporal	307

Capítulo XVIII

REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL	309
18.1. Bens comuns e bens particulares	309
18.2. Bens que entram na comunhão	310
18.3. Bens, valores e obrigações excluídos da comunhão	311
18.4. Exclusão por causa de aquisição anterior ao casamento	314
18.5. Bens móveis	315
18.6. Administração dos bens comuns e responsabilidade pelas dívidas	315
18.7. Administração dos bens particulares e dívidas respectivas	317

Capítulo XIX

REGIMES MATRIMONIAIS DE BENS FACULTATIVOS	318
19.1. Regime de comunhão universal	318
19.2. Regime de separação de bens	321
19.3. Regime de participação final nos aquestos	325
19.3.1. Patrimônio próprio de cada cônjuge	326
19.3.2. Partilha dos aquestos e o modo de cálculo	327
19.3.3. Dívidas dos cônjuges	331
19.3.4. Presunções de titularidades dos aquestos	333
19.3.5. Outros efeitos do regime	334

Capítulo XX

ALIMENTOS	336
20.1. Natureza, características e fundamentos	336
20.2. Requisitos de necessidade, possibilidade e razoabilidade	341

20.3. Obrigação solidária ou subsidiária?	343
20.4. Titulares dos alimentos ou alimentandos	344
20.5. Devedores dos alimentos ou alimentantes	347
20.6. O fator culpa na atribuição dos alimentos	348
20.7. Fixação dos alimentos	349
20.8. Atualização e revisão dos alimentos	352
20.9. Extinção	353
20.10. Prisão do devedor	356

Capítulo XXI

BEM DE FAMÍLIA	358
21.1. Conceito, evolução e tipos	358
21.2. Objeto do bem de família legal	360
21.3. Bens e dívidas excluídos do bem de família legal	363
21.4. Beneficiários do bem de família legal	364
21.5. Má-fé e exclusão do benefício	365
21.6. Instituição de bem de família voluntário	365
21.7. Objeto do bem de família voluntário	367
21.8. Beneficiários do bem de família voluntário	369
21.9. Exclusões da impenhorabilidade e proibições	370
21.10. Extinção do bem de família voluntário	371

Capítulo XXII

TUTELA E CURATELA	373
22.1. Finalidades e distinções	373
22.2. Escolha e nomeação do tutor	374
22.3. Incapacidade de exercício e escusa da tutela	376
22.4. Exercício da tutela	378
22.5. Prestação de contas pelo tutor	381
22.6. Extinção da tutela	382
22.7. Curatela	382
BIBLIOGRAFIA	387

Paulo Lôbo

Direito Civil

Sucessões

volume 6

5ª edição

2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53605-19-4

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato
Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação Designios Editoriais
Revisão Caio Cobucci Leite
Silvana Cobucci

Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo
Produção gráfica Marli Rampim

Impressão e acabamento Sergio Luiz Pereira Lopes
Gráfica Paym

Lôbo, Paulo

Direito civil : volume 6 : sucessões / Paulo Lôbo. – 5. ed. –
São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito civil - Brasil 2. Direito das sucessões I. Título.

18-1539

CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

Data de fechamento da edição: 15-10-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605396 CAE 630780

SUMÁRIO

Apresentação	7
CAPÍTULO I	
Concepção, Âmbito, Evolução e Constitucionalização do Direito das Sucessões	15
1.1. Concepção	15
1.2. Evolução do Direito das Sucessões no Brasil	19
1.3. Interações com Outras Áreas do Direito	26
1.4. Abertura da Sucessão: Morte Real e Presumida da Pessoa Física	27
1.5. Herança como Ente não Personalizado	31
1.6. <i>De Cujus</i> e os Demais Figurantes do Direito das Sucessões	32
1.7. O Lugar no Direito das Sucessões: Conflito de Leis no Espaço	35
1.8. O Tempo no Direito das Sucessões: Direito Intertemporal	37
1.9. Constitucionalização do Direito das Sucessões. Direito à Herança	40
1.10. Função Social no Direito das Sucessões	44
CAPÍTULO II	
Sucessão Hereditária em Geral	47
2.1. Sucessão e Herança	47
2.2. Aquisição da Herança: <i>Saisine</i>	49
2.3. Efeitos Jurídicos da <i>Saisine</i> Plena	54
2.4. Aceitação da Herança	55
2.5. Modalidades de Aceitação da Herança	59
2.6. Situações Vedadas na Aceitação da Herança	62
2.7. Renúncia da Herança ou do Legado	63
2.8. Legitimação para Suceder	66
2.9. Administração da Herança	68
2.10. Cessão da Herança	70
2.11. Responsabilidade da Herança pelas Dívidas e Demais Encargos	73

CAPÍTULO III

Sucessão Legítima	75
3.1. Conceção e Primazia	75
3.2. Ordem da Vocação Hereditária	77
3.3. Herdeiros Necessários	79
3.4. Legítima dos Herdeiros Necessários ou Parte Indisponível	80
3.5. Parte Disponível	84
3.6. Dever de Redução do Excesso da Parte Disponível.	85
3.7. Multiparentalidade e Sucessão Hereditária.	92

CAPÍTULO IV

Dever de Colação na Sucessão Legítima Necessária	94
4.1. Dever de Colação	94
4.2. Adiantamento da Legítima dos Herdeiros Necessários	97
4.3. Doação entre Cônjuges e entre Companheiros.	98
4.4. Doações Excluídas da Colação	99
4.5. Consideram-se os Valores Atribuídos nas Doações	100
4.6. Hipóteses de Devolução em Espécie.	103
4.7. Cálculo do Valor do Adiantamento da Legítima.	104
4.8. Legitimados Ativos e Passivos da Colação.	106
4.9. Colação Voluntária	108
4.10. Dispensa da Colação	108

CAPÍTULO V

Sucessão dos Descendentes e Ascendentes	111
5.1. Descendentes Sucessíveis	111
5.2. Nascituros	115
5.3. Filhos não Concebidos.	118
5.4. Descendentes Socioafetivos e a Sucessão Legítima	120
5.5. Cálculo da Quota Hereditária do Descendente	123
5.6. Efeitos na Herança do Estado de Filiação não Reconhecido Voluntariamente	124
5.7. Direito de Representação	125
5.8. Sucessão dos Ascendentes.	130

CAPÍTULO VI

Direitos Sucessórios do Cônjuge	132
6.1. Cônjuge como Herdeiro Legítimo e Necessário	132
6.2. Sucessão do Cônjuge Separado de Fato	134
6.3. Direito Real de Habitação do Cônjuge Sobrevivente	138

6.4.	Concorrência do Cônjuge Sobrevivente com os Parentes Sucessíveis . . .	140
6.5.	Sucessão Concorrente no Regime de Comunhão Parcial	143
6.6.	Sucessão Concorrente nos Regimes de Comunhão Universal ou de Participação Final nos Aquestos	147
6.7.	Sucessão do Cônjuge Sobrevivente no Regime de Separação Total	149
6.8.	Quota Sucessória do Cônjuge em Concorrência com Descendente . . .	152
6.9.	Direito Sucessório do Cônjuge no Casamento Putativo	154

CAPÍTULO VII

Direitos Sucessórios do Companheiro na União Estável		157
7.1.	Configuração da União Estável	157
7.2.	Evolução do Direito Sucessório do Companheiro	158
7.3.	Direito Real de Habitação para o Companheiro Sobrevivente	160
7.4.	Direito Sucessório do Companheiro no Código Civil	161
7.5.	Igualdade de Direitos Sucessórios entre Cônjuges e Companheiros . . .	165
7.6.	Direito Sucessório na União Homoafetiva	169
7.7.	Direitos Sucessórios dos Companheiros de União Simultâneas	170
7.8.	Direitos Sucessórios nas União Estáveis Putativas	172

CAPÍTULO VIII

Sucessão dos Parentes Colaterais e da Fazenda Pública. Heranças Jacente e Vacante		174
8.1.	Parentes Colaterais Sucessíveis	174
8.2.	Contagem dos Graus e Espécies de Parentes Colaterais	176
8.3.	Irmãos Unilaterais e Bilaterais	177
8.4.	Direito de Representação na Sucessão Colateral	178
8.5.	Concorrência entre Tio e Sobrinho	180
8.6.	A Fazenda Pública como Herdeira Legítima	181
8.7.	Herança Jacente	183
8.8.	Herança Vacante	185

CAPÍTULO IX

Os que não Podem Suceder		187
9.1.	Herdeiros que não Podem Participar da Herança	187
9.2.	Pessoas não Legitimadas a Suceder o <i>De Cujus</i>	188
9.3.	Herdeiros Excluídos da Sucessão por Indignidade	191
9.4.	Natureza Judicial da Exclusão	195
9.5.	Efeitos da Exclusão por Indignidade	197
9.6.	Reabilitação do Excluído da Herança	199
9.7.	Deserção	200

9.8.	Causas e Provas da Deserdação	202
9.10.	Inconstitucionalidade da Deserdação	205

CAPÍTULO X

Sucessão Testamentária em Geral		207
10.1.	Sucessão Testamentária	207
10.2.	Testamento	208
10.3.	Outras Finalidades Patrimoniais e Extrapatrimoniais do Testamento	211
10.4.	Capacidade e Legitimidade para Testar.	213
10.5.	Legitimidade para Suceder por Testamento	214
10.6.	Testamenteiro	215
10.7.	Invalidade do Testamento	217
10.8.	Mudança das Circunstâncias do Testamento	221
10.9.	Interpretação do Testamento	222
10.10.	Testemunhas Testamentárias	223
10.11.	Substituição do Herdeiro ou Legatário	225
10.12.	Fideicomisso	226
10.13.	Hipóteses de Caducidade do Fideicomisso	232
10.14.	Revogação do Testamento	233
10.15.	Rompimento ou Ruptura do Testamento	236

CAPÍTULO XI

Espécies de Testamento		238
11.1.	Testamentos Ordinários e Especiais	238
11.2.	Testamento Público	239
11.3.	Testamento Cerrado.	244
11.4.	Testamento Particular	249
11.5.	Testamento Simplificado	252
11.6.	Testamento Marítimo	254
11.7.	Testamento Aeronáutico	256
11.8.	Testamento Militar	256
11.9.	Codicilo.	258
11.10.	Testamento Vital	259

CAPÍTULO XII

Disposições Testamentárias, Legados e Direito de Acrescer		264
12.1.	Disposições Testamentárias	264
12.2.	Sujeitos e Objetos das Disposições Testamentárias	265
12.3.	Pluralidade de Herdeiros Designados	267
12.4.	Validade, Eficácia e Conservação das Disposições Testamentárias	268

12.5.	Disposições Testamentárias Sujeitas a Condição e a Motivo	270
12.6.	Disposições Testamentárias Sujeitas a Encargo e a Termo	273
12.7.	Cláusulas de Inalienabilidade, Impenhorabilidade e Incomunicabilidade	274
12.8.	Interpretação das Disposições Testamentárias	277
12.9.	Legados e seus Variados Modos	279
12.10.	Eficácia e Ineficácia do Legado	284
12.11.	Direito de Acrescer entre Herdeiros e Legatários	290
CAPÍTULO XIII		
	Inventário, Petição de Herança e Partilha	293
13.1.	Inventário e Suas Modalidades	293
13.2.	Inventariante	296
13.3.	Inventário Extrajudicial	298
13.4.	Petição de Herança	300
13.5.	Herdeiro Aparente e Adquirente de Boa-Fé	305
13.6.	Sonegados	306
13.7.	Pagamento das Dívidas	307
13.8.	Partilha	311
13.9.	Partilha em Vida e Planejamento Sucessório	315
13.10.	Transmissão de Valores com Dispensa de Inventário	319
	Bibliografia	321